

# Índice

Nota do autor .....	9
Siglas usadas .....	11
Capítulo I	
O VAZIO DE PODER .....	13
A independência ou a falta dela .....	20
Os factos do BdP .....	26
O tipo que vinha do BESCL.....	31
Capítulo II	
O CONVITE E A ÚLTIMA TRAIÇÃO .....	41
As contradições do anúncio do dia 3 de Agosto .....	54
Recapitalização privada recusada .....	60
Depois do naufrágio a auditoria da Deloitte .....	64
Atirado contra uma rocha.....	67
Capítulo III	
A GARANTIA SOBERANA DE ANGOLA.....	73
A garantia anti-Sobrinho .....	88
O <i>Expresso</i> do governador.....	90
Capítulo IV	
O GRUPO DA SALA DO PISO 14.....	97
Avaliação da Oliver Wyman (ver Anexo 14).....	105
A unanimidade de Sikander Sattar.....	110
Capítulo V	
O NÃO A SALGADO .....	119
Um aumento de capital que parecia um suicídio .....	126
A preparação da operação de aumento de capital.....	130
A <i>due diligence</i> do aumento de capital em 2014.....	133
O prospecto de aumento de capital .....	138

O <i>roadshow</i> .....	139
Capítulo VI	
O BES NÃO É O GES .....	143
Capítulo VII	
PROVISÕES E PREJUÍZOS.....	153
Exposição directa.....	154
Exposição indirecta .....	157
Ilegalidades na consolidação de SPE e contingências sobre dívida própria.....	161
Capítulo VIII	
A BLACKSTONE E A KKR.....	173
KKR sem resposta do governador.....	177
Capítulo IX	
A SUCESSÃO.....	183
Capítulo X	
«TRIBUNAIS PARA QUÊ?» .....	195
Transposição à medida.....	200
Capítulo XI	
O FALSO ÁLIBI.....	209
ANEXOS.....	215

Pouco havia a fazer, os estilhaços da divulgação da acta pelo semanário do grupo Impresa fizeram disparar os alarmes em Angola e obrigaram Ricardo Salgado a deslocar-se a Luanda a 18 de Junho para tentar minorar as ondas de choque provocadas. Morais Pires acompanhou-o, uma vez que tinha sido ele o responsável pelo *turnaround* pós-Sobrinho.

À chegada a Luanda, foram recebidos em audiência pelo então vice-presidente, Manuel Vicente. Na reunião, foi debatida naturalmente a divulgação da acta, analisando-se a origem da mesma e as motivações – não era um trabalho difícil. Na ocasião, Manuel Vicente reafirmou, uma vez mais, o apoio ao BES Angola, nomeadamente na execução do mecanismo de protecção da carteira de crédito e imóveis do BESA através da garantia concedida.

É na capital angolana que Salgado recebe a notícia da convocatória dos membros do Conselho Superior do GES para uma reunião com o governador no dia seguinte. A informação chega por telefone e é visível a agitação que a informação provoca em Salgado. O ainda número um dos BES intuía a razão da reunião e precipita a decisão que há meses andava a evitar tomar.

Foi nessa noite, num jantar em casa de Rui Guerra, que Salgado fez o convite a Morais Pires para que este lhe sucedesse na presidência executiva do banco.

Depois de uma demorada troca de impressões sobre o futuro do BES, a reestruturação do GES e a estrutura accionista, Salgado apresentou a sua proposta. Assim, o ainda todo-poderoso Espírito Santo propunha a demissão do presidente do Conselho de Administração, Alberto Oliveira Pinto, e a nomeação para o seu lugar de José Honório.

Morais Pires recusou. Não via naquele perfil nenhuma complementaridade ou mais-valia necessárias ao momento que o banco vivia.

## CAPÍTULO III

# A GARANTIA SOBERANA DE ANGOLA

O Banco de Portugal devia saber que a percepção na actividade bancária não é tudo, mas quase tudo, e o regulador tinha gerido de forma desastrosa a sucessão de Salgado. Teria sido difícil alguém fazer pior!

Vítor Bento foi cooptado num domingo, nessa semana assistiu-se a uma desenfreada corrida aos depósitos. Foram levantados 2000 milhões de euros!

Não estavam em causa as capacidades e a vontade de Vítor Bento, nem a sua credibilidade ou competência técnica, mas tal como na aviação, em que cada avião requer uma qualificação específica, o BES requeria qualificações de um *A-380*, quando Vítor Bento só tinha pilotado até aí um *Boeing 777*.

Morais Pires tinha alertado – fui testemunha disso e os jornalistas com quem ele se encontrou naquela semana de Junho também – que uma solução externa era um risco enorme para o BES «porque quem aqui chegar de novo, primeiro que perceba onde chegou e consiga estar a par de todos os dossiês e da sua complexidade, terá perdido o tempo necessário para implementar qualquer estratégia». E assim foi.

Na mesma linha, outro dos administradores, João Freixa, mostra a sua frustração perante a ameaça apresentada durante o Conselho de Administração, referindo que «não lhe parecia possível apresentar contas com qualificações, pelo que, apesar de tal lhe parecer manifestamente excessivo, era de opinião de que não havia alternativa a não ser aceitar a imposição da KPMG». Outro administrador e novamente a palavra imposição no registo da acta!

A reunião, como vimos, foi tensa e foi interrompida precisamente para que as representantes do KPMG pudessem reverter o plano de prejuízos e provisões propostos para validação das contas.

O testemunho de Rui Silveira no tribunal de Santarém é elucidativo em relação à forma como decorreu a reunião: «Os administradores fizeram ver à KPMG a enormidade destas decisões».

Mas Rui Silveira vai mais longe e assume publicamente o que os factos deixavam intuir, que as provisões tinham, não o dedo, mas toda a mão do regulador. «Sikander Sattar explicou que as provisões foram feitas de acordo com o BdP. O BdP tem responsabilidades sobre a constituição das provisões. Não votei contra, mas estou arrependido. A pressão era tanta que o que os administradores deveriam ter feito era não assinar a acta», conclui Rui Silveira.

Perante as reservas dos administradores, bem patentes na acta, Inês Viegas transmitiu que a alteração à proposta de provisões implicaria a «correspondente qualificação das contas».

Qualificações ou reservas nas contas conduziria à total descredibilização do banco e uma reacção fortemente negativa por parte de investidores e clientes. Assim se garantiu a «unanimidade» na aprovação das contas.

Esqueceu-se, ainda, o presidente da KPMG de referir a ressalva manuscrita na acta por Rita Amaral Cabral, administradora não-executiva, em que se pode ler que «não consta da acta que questionei o conselho sobre a possibilidade de adiar a aprovação das contas e

Morais Pires não sabia do que se tratava, mas tinha de ser algo inesperado e suficientemente grave para o obrigarem a ir a Paris desta forma. Uma chamada de urgência, vinda do accionista francês, era algo raro. Não perguntou e ninguém lhe disse ao que ia.

A viagem foi organizada ainda nessa sexta-feira e no dia 27 de Janeiro, o CFO seguiu para a capital francesa na companhia de Stanislas Ribes, Isabel Almeida, directora do Departamento Financeiro e Manuel Freitas do de Planeamento e Contabilidade.

Chegaram à sede do Crédit Agricole pouco antes do meio-dia. O edificio de traça moderna no 144 da Avenue de la République, em Montrouge, mostrava linhas elegantes e sóbrias, com janelas amplas que rasgavam todos os pisos do prédio. À sua volta, um amplo espaço verde e um lago que transmitia aos visitantes uma sensação de tranquilidade que a comitiva portuguesa não conseguia ter. O edificio ficava a cerca de 20 minutos do centro da cidade. Moraes Pires já lá tinha ido várias vezes. A única diferença é que, desta vez, não sabia a razão da convocatória. A comitiva foi conduzida a uma sala de espera. Poucos minutos depois, o CFO é chamado. Pedem-lhe que vá sozinho. À sua espera, numa sala ampla de reuniões, está Xavier Musca e Marc Oppenheim. Moraes Pires continua às escuras.

Musca é fluente em inglês, e o sotaque da sua língua-mãe era praticamente imperceptível. Só carrega mesmo nos erros quando dá as boas-vindas a Amilcarrr. Os cumprimentos são efusivos, como sempre, mas as formalidades duram poucos minutos.

Depois, já sentados, Xavier Musca pergunta: «Sabes o que o Ricardo veio cá dizer-me?»

Morais Pires é apanhado de surpresa, e é aí que sabe que Salgado tinha estado naquele mesmo local dias antes. «Não, não sei.», aceita negativamente com a cabeça Moraes Pires.

«Que vamos ter de fazer uma provisão extraordinária de 700 milhões», prossegue Musca, explicando que no âmbito da exposição in-